

Projeto Artigo 26

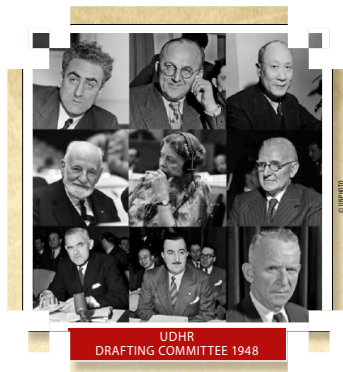
Declaração sobre a Pandemia SARS-COV2 (Covid 19)

Nós, o coletivo de acadêmicos, trabalhadores sociais, associações de estudantes e organizações da sociedade civil, coordenados pelo Jornal Politeknik, a Associação para a Educação Integral e o Centro de Pesquisa Interdisciplinar sobre a Infância da Universidade de Wuppertal, emitimos a seguinte Declaração, que leva em séria consideração a epidemia causada pelo vírus Sars-CoV2 (Covid 19):

Esta epidemia colocou o mundo em um caminho crítico, não apenas por causa das sérias consequências já enfrentadas por muitos países, incluindo o fato de que 9 em cada 10 estudantes não podem mais ter aulas, mas também por causa do impacto global na saúde, na economia e nas sociedades.

A emergência é um desafio mundial e deve ter respostas mundiais. Isto significa que as Nações Unidas tem um papel fundamental em garantir que países em desenvolvimento, e especialmente os países com menos recursos financeiros, devem obter apoio da comunidade internacional para proteger suas populações. É tempo de a comunidade internacional tomar decisões para amortizar as dívidas dessas nações, para que elas possam realocar seus recursos para seus sistemas de saúde e educação debilitados.

O primeiro ponto que pode ser visto na necessidade é estabelecer uma base de dados estável sobre a situação em curso. Há muitas políticas de mídia com orientação sensacionalista, ao invés de informação clara. Todos nós sentimos muito pela taxa de mortalidade em muitos países do mundo. Mas nós precisamos das estatísticas baseadas em coletas de dados verdadeiramente representativas para entender a real extensão da crise. Há, pelo menos, uma grande razão ética para para este apelo: Estamos preocupados com estratégias políticas e médicas ao redor do mundo alertando que os chamados “grupos de risco” estão em perigo. Sim, nós temos que salvar as pessoas; ainda assim, o perigo real é que grupos específicos ou sociedades específicas serão declaradas mais e mais como grupos ameaçadores



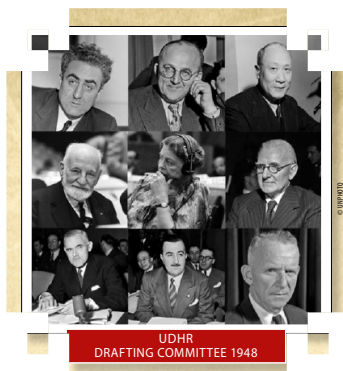
para as sociedades. A posição tem mudado de grupo em situação de risco para grupo que representa risco para a sociedade. Pessoas mais velhas serão atacadas, e também serão as pessoas que vivem em situação precária, como os mais pobres. Nós não devemos permitir que grupos sejam encarados como risco para outros e assim, conseqüentemente, serem excluídos da sociedade.

É uma questão urgente a Organização das Nações Unidas fazer um chamado ao Banco Mundial, ao Fundo Monetário Internacional, à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, entre outros, para declarar um estado de emergência, juntamente com um chamado à Assistência Oficial ao Desenvolvimento para, de fato, alcançar os padrões sugeridos pela política internacional, que proporcionam, pelo menos, 0,7% do PIB para ser gasto com assistência ao desenvolvimento. Hoje, mais do que nunca, uma obrigação como essa pode ser a diferença entre a vida e a tragédia em massa.

A crise sanitária certamente impacta os trabalhadores autônomos e informais, com mulheres trabalhadoras experienciando o pior, tendo que ganhar seu sustento a cada dia. Cada estado deve procurar pelos mais diligentes e apropriados mecanismos para responder às condições precárias, nas quais vivem esses trabalhadores, para protegê-los da infecção ou para disponibilizar tratamento médico sem encargos financeiros. Acreditamos que o impacto da privatização dos serviços de saúde poderia causar inúmeras vítimas, caso elas não estejam protegidas.

Há, ainda, um perigo maior, não apenas durante a crise, mas também durante os períodos seguintes. A lacuna entre as pessoas que tem e que não tem acesso a meios digitais e outros recursos para educação pode se alargar, e aqueles que não tem podem ser excluídos. Nós sabemos que a privatização e a exclusão da responsabilidade do estado por todo o sistema educacional é uma das maiores ameaças em todo o mundo. O que vai acontecer é que aqueles que podem bancar computadores, softwares e conteúdo digital terão sucesso. Além disso: A crise, de fato, leva a mais poder para investidores privados na educação ao estabelecerem a tão chamada estrutura digital por todo o mundo. Porém, a educação não só tem uma base fundamental em relações pessoais; as relações pessoais estão em qualquer dimensão da formação, ensino e treino. Qualquer tipo de educação funciona em um processo de aprendizagem numa situação social de solidariedade coletiva. Meios digitais podem dar suporte à educação e fazê-lo como um adicional ao trabalho do professor. Mas os meios digitais não podem compensar a relação pessoal entre professores e alunos.

O papel que nós acreditamos que corresponde às Nações Unidas também inclui pedir aos governos que não seguem as recomendações da Organização Mundial da Saúde para **responder por suas falhas**, uma vez que não seguir as recomendações signifique colocar a vida



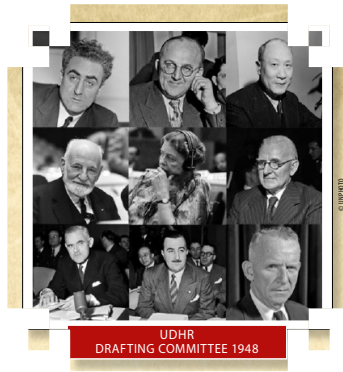
de cidadãos em risco. É urgente que o Secretário Geral da ONU, assim como os outros órgãos relevantes do sistema, considerem expressar desaprovação com relação a tais condutas, desde que, se um estado falha em tomar medidas adequadas em saúde, aquele estado também põe seus vizinhos em risco.

Nós queremos chamar atenção para a situação sensível na qual os **sistemas de educação** se encontram. Milhões de crianças foram confinadas em suas casas, sem possibilidade de continuar sua educação e sem nenhuma alternativa pedagógica. Essa situação viola o Direito Humano à Educação, que deve sempre ser garantido, mesmo em situações emergenciais. Para garantir isso, professores devem dispor de recursos para proporcionar educação a distância e seus salários devem ser pagos integralmente e sem atrasos. Assegurando-se o provimento da educação, estudantes podem ter informações e conhecimentos vitais para a sobrevivência. Portanto, na resposta humanitária à pandemia, a proteção ao Direito Humano à Educação deve ser uma prioridade.

Nós também gostaríamos de expressar nossa preocupação em que, após a crise na saúde, uma **crise econômica e social** se desenvolva, uma crise completamente sem precedentes na história contemporânea. A curto prazo, médio prazo e longo prazo, seus efeitos incluem recessão, aumento do desemprego e a exploração de empregados que seriam contratados em condições inaceitáveis após a emergência.

Além disso, há o perigo do estabelecimento de **regimes autoritários**, com intensificada e injustificada vigilância e controle de cidadãos, o que vai, inevitavelmente, afetar os grupos e comunidades mais vulneráveis, as populações migrantes e os refugiados.

Por último, mas não menos importante: nós temos que lembrar e levar em conta que as medidas tomadas até agora pelos governos que reagiram, são direcionadas para reforçar os processos de individualização e singularização, que tem trabalhado nas sociedades modernas estabelecendo um capitalismo de mercado, também conhecido como neoliberalismo. Para muitos, o distanciamento social e o isolamento são meios apropriados contra a disseminação do vírus ou para ajudar os sistemas de saúde a se prepararem para um número cada vez maior de pessoas infectadas. Mesmo esses meios sendo realmente úteis, nós temos que olhar também para os efeitos colaterais dessa estratégia: o processo de individualização deverá ser levado a um nível dramático. Então, um efeito claro dessa estratégia é que a solidariedade real e pessoal será afetada e enfraquecida mais do que nunca. Outro efeito deve ser que governar criando um clima de medo e ansiedade vai funcionar muito mais do que antes. Governar a partir do medo é um mecanismo básico no poder estrutural das sociedades modernas, como, por exemplo, o psicólogo alemão Rainer Mausfield demonstrou que o poder, o medo e as ansiedades estão conectados. É necessário, nessa situação, trabalhar



.....

a educação geral com uma forma de consciência, não apenas para provar informações e dados, mas para chegar a constatações claras, a real situação dada, para manter as pessoas empoderadas e ativas. Nós não devemos fechar nossos olhos com medo da doença e da morte, devemos trabalhar por democracia para todos.

Todos os países, a comunidade internacional e as Nações Unidas devem tomar imediatas e preventivas medidas e assegurar a observância da **Legislação Internacional de Direitos Humanos**, protegendo a vida e a dignidade de todas as pessoas.

Projeto Artigo 26, Equipe

SOCIOS DE PROYECTO:

ALEMANIA Revista PoliTeknik • Association Verein für Allseitige Bildung e.V. • Instituto de Educación y Cultura (Universidad de Jena) • Centro de investigación Infancias. Sociedades. (Universidad de Wuppertal) • **INDIA** Federación de Profesores de Educación Primaria de India (AIPTF) • **BRAZIL** Universidad Federal de Paraíba Departamento de Metodología de Educación • Confederación Nacional de Trabajadores de la Educación (CNTE) • **ITALIA** Departamento de Estudios Humanísticos (Universidad de Calabria) • **GHANA** Asociación Nacional de Maestros de Ghana (GNAT) • **TURQUIA** Sindicato de Maestros Eğitim-Sen • Sindicato de Agricultura y Silvicultura • **ESPAÑA** Confederación Sindical de Comisiones de Trabajadores (FECCOO) • **MÉXICO** El Sindicato Nacional de Trabajadores de la Educación de México (SNTE) • **CHIPRE** Sindicato de Profesores Turcos de Chipre (KTOS) • **SRI LANKA** Unión de Solidaridad de Maestros de Sri Lanka (USLTS) **EGIPTO** Centro Egipcio para los Derechos de la Educación (ECER) • **NEPAL** Asociación Nacional de Maestros de Nepal (NNTA) • **SOMALIA** Unión Nacional de Profesores de Somalia (SNUT) • **CHAD** Unión de Maestros de Chad (SET) • **SUDÁFRICA** Universidad de Ciudad del Cabo (UCT) • **MALAWI** Sindicato de Empleados de Escuelas Privadas de Malawi (PSEUM) • **UGANDA** Sindicato Liberal de Docentes de Uganda (ULITU) • **BOSNIA y HERZEGOVINA** Sindicato Independiente de Escuelas Primarias Educación de la Federación de Bosnia y Herzegovina • **IRAN** Consejo Cooperativo de Asociaciones Comerciales de Docentes de Irán (CCITTA) • **IRAQ** La Unión de Docentes de Kurdistán (KTU)